



Reforma verde recebe vários sinais vermelhos

► FISCALIDADE

O AUMENTO do preço dos combustíveis e energia, um imposto sobre o transporte aéreo de passageiros e uma taxa sobre os sacos de plástico são algumas das medidas propostas ao Governo pela Comissão para a Reforma da Fiscalidade Verde.

Entre as principais medidas previstas no anteprojeto de reforma (com 40 propostas de alteração do sistema fiscal em vigor) está a tributação do carbono através de "uma reformulação da estrutura do Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos (IPS), com a criação de uma componente (adicionamento) calculada com base nos fatores de emissão daquele gás e tendo em conta o valor definido pelo legislador para a sua tonelada". Este adicionamento incide sobre os setores que ainda não abrangidos pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE): energia e processos industriais, transportes, gases, resíduos, agricultura, terciário e residencial.

A comissão admite que a tributação do carbono terá impacto direto e indireto, "de curto e de longo prazo, em todo o sistema económico, afetando produtores e consumidores". Para estes últimos, traduz-se "imediatamente num aumento do preço dos produtos energéticos utilizados, proporcional ao conteúdo de carbono de cada produto energético".

A comissão estima que, caso o preço da tonelada de dióxido de carbono se mantenha nos 5 euros, o preço do gasóleo aumente 1,12%, da gasolina 0,96%, do gás natural doméstico

1,40% e do gás engarrafado 0,74%.

A entidade presidida por Jorge Vasconcelos propõe também a introdução de um imposto sobre o transporte aéreo de passageiros, para "compensar a sociedade pelo impacto poluente", estimando uma receita fiscal entre os 35 e os 41 milhões de euros anuais, já que a taxa de imposto é de 3 euros por cada transação.

Recomenda ainda um imposto sobre sacos de plástico, de 0,10 euros a cada saco sobre o consumidor final, o que poderá significar um encaixe de 35 milhões de euros/ano.

A comissão apresenta várias propostas de promoção de veículos elétricos e pretende reintroduzir o incentivo ao abate de carros em fim de vida, com benefícios até 3500 euros na compra de carros elétricos novos. Outras propostas nos transportes são a revisão do limite de emissão de dióxido de carbono (CO2) nos táxis ou o incentivo à aquisição de bicicletas.

Os membros da comissão sugerem introduzir mecanismos de incentivo à redução de perdas de água, à reutilização de águas residuais tratadas e reduzir ou agravar o imposto municipal sobre imóveis (IMI), conforme os impactos positivos ou negativos dos edifícios no ambiente.

E são feitas recomendações para adotar no futuro, como a criação de uma taxa de congestionamento nas grandes cidades e uma taxa municipal de ocupação turística.

O presidente da comissão indicou que a reforma permite arrecadar uma receita de cerca de 180 milhões de euros (80 milhões apenas da tributação do carbono), mas também

prevê dispendir cerca de 20 milhões anualmente em alguns benefícios, como a possível dedução dos passes de transportes públicos no IRS. João Vasconcelos sublinhou que o mandato da comissão prevê um "contexto de neutralidade do sistema fiscal", recomendando por isso que o Governo opte por baixar encargos – nomeadamente o IRS e a TSU (taxa social única) – e por conceder crédito fiscal ao investimento privado na mesma medida.

O anteprojeto de reforma está em discussão pública até dia 15 de setembro, depois será analisado pelo Governo. Mas ontem já se fizeram ouvir vozes contrárias de vários quadrantes.

MAIS DO MESMO: MAIS IMPOSTOS

O bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, Domingues Azevedo, considera que as medidas propostas vão sobrecarregar, mais uma vez, os portugueses com impostos, esquecendo os "verdadeiros causadores dos problemas ambientais". Ressalvando que não conhece o documento, diz que "é um pouco mais do mesmo, não traz nada de novo".

A Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED, por exemplo, aponta a aplicação de um custo sobre os sacos de plástico como "mais um imposto sobre o consumo" que terá impacto nas famílias portuguesas.

A Fectrans - Federação dos Sindicatos de Transportes e Comunicações afirma que, numa primeira leitura, são "propostas avulsas" que ignoram o contributo que os trans-

portes públicos podem dar para melhorar o ambiente.

Para o presidente do ACP - Automóvel Clube de Portugal trata-se de "mais um imposto encapotado", que vai "prejudicar a retoma da economia de que o Governo tanto fala". No entender de Carlos Barbosa, as medidas apresentadas são completamente "surrealistas", feitas por professores catedráticos "que vivem num bunker" e não conhecem a realidade do país. "É evidente que, com os escalões que saíram e com as taxas de carbono, o diesel vai ser o mais afetado e em proporções completamente anormais. Com a criação das low cost, o Governo também vai perder receitas". E desvaloriza a promoção de veículos elétricos e o incentivo à aquisição de bicicletas: "é mais uma das coisas para inglês ver. Em Portugal não se vende um carro elétrico e as pessoas não andam de bicicleta porque o país é extremamente acidentado". Quanto à proposta de regresso dos incentivos ao abate de carros, diz que é a única positiva, mas insuficiente. "Não passa dos 3 mil euros, quando antigamente era de 5 mil", declara Carlos Barbosa, adiantando que o ACP vai analisar as propostas e pronunciar-se mais aprofundadamente até 10 de agosto.

A ACAP - Associação Automóvel de Portugal também considera "positiva" a retoma do incentivo ao abate dos veículos em fim de vida, afirmando que vai retirar de "circulação milhares de veículos" velhos. Hélder Pedro, secretário-geral da ACAP, diz que, se o incentivo for reintroduzido, irá permitir "retirar de circula-

ção milhares de veículos com 18 e 19 anos" e trocá-los por veículos novos com baixas emissões de CO2 e também mais seguros. Pelo que vê "como positivo" o trabalho da comissão, salientando as medidas como as mais benéficas para o ambiente e para a segurança rodoviária.

O presidente da Quercus, Nuno Sequeira, também segue contracorrente, já que considera as medidas "muito positivas". Mas defende que a mensagem deve ser passada com precaução. "Têm de ser transmitidas aos cidadãos de forma positiva e pedagógica, porque neste contexto de dificuldades económicas e sobretaxas em aplicação, a mensagem poderá não passar de forma correta. As medidas arriscam-se a ser vistas como mais um conjunto de sobretaxas a aplicar à população".

Entretanto, o PS requereu, com caráter de urgência, a presença no Parlamento do presidente da Comissão para a Reforma da Fiscalidade Verde, considerando que o conjunto de propostas aponta para um aumento de impostos. E a vice-presidente do grupo parlamentar do CDS-PP, Cecília Meireles, qualificou de "preocupantes" algumas propostas, argumentando que podem agredir "setores essenciais da economia que estão neste momento a começar a crescer".

Preocupações refutadas pelo ministro do Ambiente, Jorge Moreira da Silva, que recusa que a reforma da fiscalidade verde implique um aumento dos impostos, assegurando que haverá uma "substituição de impostos", já que o mandato da comissão prevê neutralidade fiscal.